



## BALANÇO PATRIMONIAL

## ASAAS GESTÃO FINANCEIRA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.- CNPJ - 19.540.550/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
(em milhares de reais)

O Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição" ou "Asaas") apresenta as suas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Fundado em 2014, o Asaas é essencialmente, uma empresa de tecnologia que oferece soluções financeiras para intermediação de cobranças e uma conta eletrônica de pagamento, desenvolvendo serviços financeiros para seus clientes, sejam eles pessoas físicas ou empresas, automatizando a gestão de recebíveis de seus clientes. A Instituição tem como objetivo ajudar as pessoas e empresas a automatizar seus processos financeiros e melhorar o relacionamento com os seus clientes. Reúne em um único lugar o envio e recebimento de cobranças, automação de comunicação por diversos canais, além da gestão de recebíveis de maneira descomplicada. Como principais fatos ocorridos no exercício de 2023, destacamos: A Companhia concluiu o ano mantendo seu crescimento histórico próximo a 100%. O Volume total processado (TPV) apresentou crescimento de 110% sobre o ano de 2022, com grande destaque para o produto Pix. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as receitas de serviços atingiram o patamar de R\$172.902, crescimento de 80% em relação a 2022, destacando-se os produtos de Sub-adquirência, Pix, Boletos liquidados e antecipação. Já as receitas financeiras apresentaram crescimento de 86% sobre o exercício de 2022, totalizando R\$43.967. Em 2023 foram aportados o total de R\$37.286 como aumento de capital, oriundos da última rodada de investimento, garantindo ainda mais o crescimento da companhia e atendimento aos níveis de capital regulatório. No 2º semestre de 2023, a companhia passou pelo break-even e iniciou a gerar caixa de forma consistente.

Joinville, 19 de março de 2024.  
A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	31/12/2023		31/12/2022		PASSIVO	Nota	31/12/2023		31/12/2022	
<b>ATIVO</b>											
Disponibilidades	4	750	1.413			Depósitos e demais instrumentos financeiros	11	455.510	248.716		
Instrumentos financeiros		823.102	499.263			Depósitos		455.495	242.982		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 / 5.a	-	22.410			Relações interfinanceiras		15	5.734		
Títulos e valores mobiliários	5.b	415.394	228.491			Obrigações por empréstimos e repasses	12	5.039	5.234		
Relações interfinanceiras	6	392.304	239.070			Obrigações por transações de pagamento	13	308.498	224.262		
Outros créditos	7	15.404	9.292			Outras obrigações	13	15.173	16.354		
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	(715)	(782)			Provisões	14	1.468	644		
Ativos fiscal diferido	22	8.314	8.314			Provisões para contingências		1.468	644		
Investimentos em participações em controladas	8	2.547	2.618			Patrimônio líquido	15	55.235	22.848		
Imobilizado de uso	9	4.535	4.739			Capital social		124.168	86.882		
Intangível	10	2.390	2.463			Prejuízos acumulados		(68.933)	(64.034)		
<b>Total do Ativo</b>		<b>840.923</b>	<b>518.058</b>			<b>Total do Passivo e PL</b>		<b>840.923</b>	<b>518.058</b>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	31/12/2023		31/12/2022	
		2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>5.b</b>	<b>25.454</b>	<b>43.967</b>	<b>23.586</b>	
Rendas de Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.784	3.876	3.515	
Resultado com títulos e valores mobiliários		22.670	40.091	20.071	
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(86)</b>	<b>(850)</b>	<b>(850)</b>	<b>(550)</b>	
Operações de Empréstimos e Repasses		(364)	(886)	-	
Reversão / (Provisão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		278	36	(550)	
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>25.368</b>	<b>43.117</b>	<b>23.047</b>	
<b>Outras receitas / despesas operacionais</b>		<b>(26.437)</b>	<b>(48.016)</b>	<b>(48.155)</b>	
Receitas de prestação de serviços	16	95.547	172.902	95.906	
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	17	(41.518)	(78.357)	(39.538)	
Resultado de participações de controladas	8	(25)	(67)	(154)	
Despesas de pessoal	18	(39.897)	(73.261)	(61.477)	
Despesas administrativas	19	(26.623)	(46.397)	(31.304)	
Despesas tributárias	20	(11.756)	(21.092)	(11.478)	
Outras receitas operacionais	21	3.786	5.519	7.844	
Outras despesas operacionais	21	(5.953)	(7.265)	(7.954)	
Lucros na alienação de valores e bens		2	2	-	
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>(1.069)</b>	<b>(4.899)</b>	<b>(25.119)</b>	
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	
<b>Prejuízo do semestre / exercício</b>		<b>(1.069)</b>	<b>(4.899)</b>	<b>(25.119)</b>	
<b>Prejuízo por ação - em reais</b>		<b>(0,03)</b>	<b>(0,13)</b>	<b>(0,73)</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2023		31/12/2022	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Prejuízo do semestre / exercício	(1.069)	(4.899)	(25.119)	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(1.069)</b>	<b>(4.899)</b>	<b>(25.119)</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Capital social			Patrimônio Líquido
		Subscrito	Em aprovação pelo Bacen	Prejuízos acumulados	
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>		<b>86.882</b>	<b>(39.751)</b>	<b>(38.915)</b>	<b>8.216</b>
Aumento de capital social		-	39.751	-	39.751
Prejuízo do exercício		-	-	(25.119)	(25.119)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>86.882</b>	<b>-</b>	<b>(64.034)</b>	<b>22.848</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2023</b>		<b>86.882</b>	<b>9.725</b>	<b>(67.864)</b>	<b>28.743</b>
Aumento de capital social		9.725	17.836	-	27.561
Prejuízo do semestre		-	-	(1.069)	(1.069)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>15</b>	<b>96.607</b>	<b>27.561</b>	<b>(68.933)</b>	<b>55.235</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>86.882</b>	<b>-</b>	<b>(64.034)</b>	<b>22.848</b>
Aumento de capital social		9.725	27.561	-	37.286
Prejuízo do exercício		-	-	(4.899)	(4.899)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>15</b>	<b>96.607</b>	<b>27.561</b>	<b>(68.933)</b>	<b>55.235</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2023		2022	
		2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
<b>Prejuízo do semestre/exercício</b>		<b>(1.069)</b>	<b>(4.899)</b>	<b>(25.119)</b>	
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		<b>1.122</b>	<b>2.566</b>	<b>2.432</b>	
Depreciação e amortização	9 / 10	896	1.711	1.441	
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(278)	(36)	550	
Provisões para contingências		479	824	287	
Resultado de participações em controladas		25	67	154	
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		<b>(27.021)</b>	<b>(56.401)</b>	<b>28.139</b>	
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras - ativo		(117.248)	(153.234)	(135.145)	
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		(81.312)	(186.903)	(83.433)	
(Aumento)/redução em outros créditos		8.228	(6.114)	(5.792)	
Aumento/(redução) em depósitos		136.561	212.513	97.449	
Aumento/(redução) em relações interfinanceiras - passivo		(6.519)	(5.719)	1.742	
Aumento/(redução) em obrigações por transações de pagamento		34.681	84.236	145.389	
Aumento/(redução) em obrigações sociais e trabalhistas		(1.668)	605	2.762	
Aumento/(redução) em obrigações tributárias		1.759	1.859	1.030	
Aumento/(redução) em outras obrigações		(1.503)	(3.644)	4.137	
<b>Caixa líquido gerado / (aplicado) pelas atividades operacionais</b>		<b>(26.968)</b>	<b>(58.734)</b>	<b>5.452</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(637)</b>	<b>(1.429)</b>	<b>(2.557)</b>	
Aquisição de investimento		-	5	(1.000)	
Aquisição de imobilizado		(561)	(831)	(396)	
Aquisição de intangível		(84)	(611)	(1.338)	
Baixa de imobilizado		8	8	177	
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>		<b>(637)</b>	<b>(1.429)</b>	<b>(2.557)</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		<b>27.216</b>	<b>37.090</b>	<b>5.234</b>	
(Pagamento) / Captação de empréstimos		(346)	(196)	5.234	
Aumento de capital		27.562	37.286	-	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<b>27.216</b>	<b>37.090</b>	<b>5.234</b>	
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(389)</b>	<b>(23.073)</b>	<b>8.129</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de caixa no início do semestre/exercício</b>		<b>1.139</b>	<b>23.823</b>	<b>15.694</b>	
<b>Caixa e Equivalentes de caixa no final do semestre/exercício</b>		<b>750</b>	<b>750</b>	<b>23.823</b>	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

## 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2014, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Rolf Wiest, nº 277, Bairro Bom Retiro, tem como principais atividades: a prestação de serviços de gestão de pagamentos e recebimentos decorrentes da venda de bens e serviços por meio de programas para computador por ela elaborados e/ou por terceiros; a exploração comercial de programas para computador por ela elaborados e/ou por terceiros; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento e a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

A Instituição atua como uma instituição de pagamento, sendo uma fintech que desenvolve serviços financeiros para seus clientes, sejam eles pessoas físicas ou pequenas empresas. Em 10 de junho de 2021 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização, pelo Banco Central do Brasil - Bacen, para que a Instituição funcione como instituição de pagamento, nas modalidades de emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós-pago. Os serviços financeiros providos pela Instituição são compostos por três categorias, conforme demonstrado abaixo:

## RECEBIMENTO DE COBRANÇAS

Categoria em que o principal produto da Instituição é o recebimento de pagamentos e recebimentos decorrentes da venda de bens e serviços por meio de boletos bancários, seguido de cobranças Pix, por cartão de crédito, depósitos e transferências.

## PAGAMENTO DE VALORES

No pagamento de valores, o envio de dinheiro por meio do produto Pix é o principal produto gerador de receita, seguido da transferência bancária para terceiros, da venda do cartão pré-pago e do pagamento de títulos como boletos bancários, impostos e contas de consumo.

## ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS

Refere-se à antecipação de recebíveis por boletos bancários e cartão de crédito. No contexto de antecipações por boletos bancários a Instituição em 2019 fechou parceria com um FIDC para financiar a expansão da oferta de crédito, atuando como consultoria especializada e agente de cobrança do fundo.

## 2- BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, pelo

Conselho Monetário Nacional ("CMN"), substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, emitido pelo BACEN, conforme disposto na Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do BACEN. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Instituição considerou o disposto na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações. Estas estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. Utilizamos estimativas para as provisões para contingências em que seguimos os critérios do CPC 25, realizando o provisionamento dos processos avaliados por nossa equipe jurídica interna e assessores jurídicos como probabilidade de perda provável. Para as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, seguimos premissas de provisionamento, baseadas nos prazos de atraso de clientes em nossa carteira, devidamente previstos em políticas.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas, com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

## A - Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

## B- Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

# BALANÇO PATRIMONIAL

## ASAAS GESTÃO FINANCEIRA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. - CNPJ - 19.540.550/0001-21

### C - Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e por aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos vencimentos na data efetiva da aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, sendo mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo da Instituição.

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.

### D - Instrumentos financeiros

#### Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil e a regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, em três categorias, a saber:

#### Títulos disponíveis para a venda

Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

#### Títulos mantidos até o vencimento

Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.

#### Títulos para negociação

Compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem vendidos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

O valor de mercado dos títulos públicos utilizado para ajuste de carteira é mensurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

### E - Relações interfinanceiras

No ativo, os valores são representados principalmente pelos valores a receber de credenciadores (adquirentes) relativos a transações de pagamento. São os recebíveis que as adquirentes devem repassar à Instituição por conta do processamento das transações de cartões de crédito realizadas na plataforma Asaas e outras plataformas de e-commerce, registrados pelo valor da transação, líquido das comissões cobradas pelo serviço de processamento das adquirentes e de eventuais perdas prováveis. No passivo, os valores são representados por valores a repassar à bandeira Elo, relativas ao produto cartão de débito.

### F - Investimentos em participações em controladas

A Instituição controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras da Instituição como investimento e são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial a partir da data em que a Instituição obtiver o controle e até a data em que o controle deixa de existir.

### G - Imobilizado de uso

#### Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Instituição e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado estão demonstradas a seguir:

Equipamentos de comunicação	5 anos
Equipamentos para processamento de dados	5 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Beneficentários em imóvel de terceiro	25 anos

### H - Intangível

Os ativos intangíveis são registrados conforme Resolução BCB nº 7/2020 ao custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Um ativo intangível é reconhecido somente quando

seu custo puder ser mensurado com segurança e for provável que os benefícios econômicos futuros a ele atribuídos sejam realizados. Os ativos intangíveis podem ter vida útil definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, que são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável e são registradas na demonstração do resultado.

A Instituição reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela administração. Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de software foram baseados nas horas atribuídas pelas equipes de negócios e de tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos no aplicativo (software desenvolvido internamente), e respectivos custos dispendidos, os quais puderam ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionaram novas funcionalidades, e/ou estendem o uso / aplicações de ativos identificados já existentes. Tais custos são controlados por projeto / ativos identificados, amortizados no prazo de vida útil residual estimada e testados por impairment pelo menos, uma vez por ano. Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a softwares, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída. As marcas registradas são ativos intangíveis com vida útil indefinida.

### I - Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por impairment, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2023.

### J - Depósitos e demais instrumentos financeiros

Os valores são representados pelo montante a repassar para os clientes da Instituição, oriundos do recebimento de instrumentos de pagamentos pós-pagos emitidos pela Instituição em nome destes e que serão repassados a esses clientes líquidos da taxa de serviços.

### K - Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a Administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

#### Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- Provável: são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
  - Possível: divulgados nas demonstrações contábeis, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
  - Remoto: não requerem provisão e nem divulgação.
- O valor dos depósitos judiciais é ajustado de acordo com a legislação vigente.

### L - Imposto de renda e contribuição social

Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para Imposto de Renda Pessoa Jurídica e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideraram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A despesa com impostos correntes é o montante do Imposto de Renda e da Contribuição Social a pagar ou a recuperar relacionada ao resultado tributável do período.

Impostos diferidos são valores de ativos fiscais a serem recuperados e passivos fiscais a serem pagos em períodos futuros. Os passivos fiscais diferidos compreendem as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas verificadas na fase anterior à mudança de controle acionário, conforme critérios definidos pela Resolução BCB nº 15/2020. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela Administração – Nota 21.

### M - Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Instituição e seu valor de custo ou valor recuperável puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Instituição tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

### N - Reconhecimento de receita

#### (I) Receita de prestação de serviços

A receita da prestação de serviço no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a prestação do serviço é realizada e quando for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão

para a Instituição. Os serviços prestados pela Instituição se referem, principalmente, a recebimento de cobranças através de boletos bancários, cobranças por cartão de crédito, depósitos e transferências.

Além desse serviço, a Instituição realiza pagamentos de valores, transferências bancárias para terceiros, venda dos cartões pré-pagos e pagamentos de títulos como boletos bancários, impostos e contas de consumo. Para estes serviços a Instituição determina tarifas as quais são cobradas quando a transação financeira ocorre via instituição financeira e, conseqüentemente, a receita é reconhecida.

### O - Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de rendimento de aplicações financeiras, que são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

### P - Resultado recorrente e não recorrente

As políticas internas da Instituição consideram como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social. A administração da Instituição considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. No período findo em 31 de dezembro de 2023, assim como em 2022, não foram apresentados resultados não recorrentes.

## 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Nota	31/12/2023		31/12/2022	
Depósitos Bancários		185		1.220	
Disponibilidades em moeda estrangeira		565		193	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 / 5.a	-		22.410	
<b>Total</b>		<b>750</b>		<b>23.823</b>	
<b>Disponibilidades</b>		<b>750</b>		<b>1.413</b>	
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>-</b>		<b>22.410</b>	

## 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIRO

### 5.a. Aplicações Financeiras de Liquidez

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em operações compromissadas	-	22.410
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>22.410</b>

### 5.b. Títulos e valores mobiliários

Categoria	Valor de custo	Ajuste ao valor de custo	Valor justo	31/12/2023		
				Valor por vencimento		
				Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
LFT (i)	366.783	(157)	366.626	37.809	261.713	67.104
LTN	23.654	-	23.654	20.293	3.361	-
NTNB	2.031	-	2.031	-	2.031	-
CDB	5.936	-	5.936	3.076	2.813	47
FIM (ii)	17.147	-	17.147		17.147	
	<b>415.551</b>	<b>(157)</b>	<b>415.394</b>	<b>61.178</b>	<b>287.065</b>	<b>67.152</b>

  

Categoria	Valor de custo	Ajuste ao valor de custo	Valor justo	31/12/2022		
				Valor por vencimento		
				Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
LFT	192.395	9	192.404	76.984	90.430	24.990
LTN	23.539	-	23.539	10	10.247	13.282
NTNB	1.969	-	1.969	-	1.969	-
CDB	4.773	-	4.773	250	1.923	2.600
FIM	5.806	-	5.806	-	5.806	-
	<b>228.482</b>	<b>9</b>	<b>228.491</b>	<b>77.244</b>	<b>110.375</b>	<b>40.872</b>

Os saldos referem-se a Letras Financeiras do Tesouro ("LFTs"), sendo R\$ 3.819 classificadas como Mantidos até o Vencimento e R\$ 362.807 para Negociação, remuneradas a taxa Selic, com vencimento final até setembro de 2025 e foram contabilizadas pelo valor de mercado, calculados por intermédio dos preços médios divulgados pela ANBIMA. Do total aplicado, R\$ 366.626 (R\$ 192.404 em 31 de dezembro de 2022), é um investimento requerido para instituições de pagamento, autorizadas a operar pelo BACEN, como garantia aos saldos das contas de pré-pagamento, juntamente com os das contas correspondentes de moeda eletrônica – CCME (nota 6).

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários está representado pelos montantes de R\$ 43.967 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 23.586 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O valor refere-se às cotas do Asaas Fundo de Investimento Multimercado. O Fundo tem por objetivo buscar retorno ao seu cotista através de investimentos em diversas classes de ativos financeiros disponíveis nos mercados de renda fixa, renda variável, cambial, derivativos e cotas de fundos de investimentos, negociados nos mercados interno, sem o compromisso de concentração em nenhuma classe específica. Em 31 de dezembro de 2023 o fundo possuía 91% do seu patrimônio líquido investido em fundos de investimento.

**BALANÇO PATRIMONIAL****ASAAS GESTÃO FINANCEIRA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. - CNPJ - 19.540.550/0001-21****6 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Transação de pagamento (i)</b>	<b>312.695</b>	<b>229.461</b>
Créditos vinculados		
CCME	40.000	-
Conta de Pagamento Instantâneo – Pix	39.609	9.606
Bacen STR Web	-	3
<b>Total</b>	<b>392.304</b>	<b>239.070</b>
Circulante	392.304	239.070

Os valores são relacionados aos recebíveis de adquirentes originados de transações com cartão de crédito realizados por meio da plataforma do Asaas, nos montantes de R\$ 191.637 junto à Rede (R\$ 99.856 em 31 de dezembro de 2022), R\$ 5.464 junto à Cielo S.A. (R\$ 55.558 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 115.594 junto à Adyen Ltda (R\$ 74.047 em 31 de dezembro de 2022).

**7 - OUTROS CRÉDITOS E PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO**

	31/12/2023	31/12/2022
Rendas a receber	1.133	1.285
Tributos a recuperar	12.650	6.551
Outros	1.621	1.456
(-) Provisões para perdas	(715)	(752)
<b>Total</b>	<b>14.689</b>	<b>8.540</b>

**8 - INVESTIMENTOS**

	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos em participações em controladas		
Code Money Ltda.	1.478	1.613
Asaas Sociedade de Crédito Direto S.A.	1.069	1.000
Capital Cooperativa	-	5
<b>Total</b>	<b>2.547</b>	<b>2.618</b>

**CODE MONEY**

Em 10 de agosto de 2021 a Instituição adquiriu a Code Money Ltda. ("Code Money"), empresa de soluções de pagamentos móveis que conecta compradores e vendedores, seu aplicativo transforma smartphones em dispositivos de pagamento e recebimento. Foram adquiridos 15.000 (quinze mil) cotas da Code Money, que representam 100,00% do capital votante e capital total da Code Money. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a empresa apresentou prejuízos no montante de R\$ 135 (R\$ 155 em 2022), registrados como equivalência patrimonial no resultado do Asaas.

**ASAAS SCD**

Em 4 de Outubro de 2022, o Banco Central do Brasil concedeu autorização para funcionamento da Asaas Sociedade de Crédito Direto S.A. A SCD do Grupo Asaas é investida direta da Asaas IP e possui capital social integralizado no montante de R\$1.000. Durante o ano de 2023, a apresentou lucros de R\$ 69.

**9 - IMOBILIZADO DE USO**

	31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	31/12/2023
Móveis e utensílios	784	10	(100)	(1)	693
Equipamentos para processamento de dados	2.559	756	(849)	-	2.466
Equipamentos de comunicação	43	11	(15)	-	39
Máquinas, aparelhos e equipamentos	70	54	(9)	(7)	108
Benefetorias em imóveis de terceiros	1.283	-	(54)	-	1.229
<b>Total</b>	<b>4.739</b>	<b>831</b>	<b>(1.027)</b>	<b>(8)</b>	<b>4.535</b>

**10 - INTANGÍVEL**

	31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2023
Softwares Adquiridos	659	72	(202)	-	529
Softwares Gerados internamente	1770	539	(482)	-	1.827
Marcas	34	-	-	-	34
<b>Total</b>	<b>2.463</b>	<b>611</b>	<b>(684)</b>	<b>-</b>	<b>2.390</b>

**11 - DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Referem-se a valores recebidos e originários de cobranças emitidas em nome dos clientes do Asaas. Os valores são recebidos na conta bancária do Asaas e creditados no passivo na conta de valores a repassar. Os valores são repassados aos clientes, líquidos de taxas de serviço.

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos – saldos de conta pré-paga (i)	455.495	242.982
Relações interfinanceiras	15	5.734
<b>Total</b>	<b>455.510</b>	<b>248.716</b>

Os depósitos da conta de pagamento pré-paga são vinculados aos recursos aplicados em aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5a) e títulos públicos (nota 5b), conforme requerimento da Circular no 3.681 do BACEN, e estes recursos aplicados possuem liquidez diária e são, majoritariamente, remunerados por 100% do CDI. Todos os depósitos são considerados de curto prazo, ou seja, classificados no passivo circulante.

**12 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES**

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações por empréstimos e repasses		
Capital de Giro – Banco Itaú (i)	3.716	4.986
Conta vinculada – Banco Bradesco	1.320	248
Santander	3	-
<b>Total</b>	<b>5.039</b>	<b>5.234</b>

Linha de Capital de Giro captada junto ao Banco Itaú em 5 de dezembro de 2022, com vencimento em 28 de novembro de 2024 e remuneração de 100% do CDI mais 4,33% ao ano.

**13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	31/12/2023	31/12/2022
Outras obrigações		
Obrigações sociais e trabalhistas	7.792	7.187
Obrigações tributárias	4.820	2.961
Obrigações por transações de pagamento (i)	308.498	224.262
Credores diversos – País	2.561	5.655
Outras obrigações	-	550
<b>Total</b>	<b>323.671</b>	<b>240.615</b>

O saldo refere-se aos valores a repassar a clientes, provenientes das transações realizadas com cartão de crédito na plataforma Asaas e ainda não liquidadas pelas credenciadoras Rede, Adyen e Cielo.

**14 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	644	356
Constituições/(reversão)	824	288
<b>Saldo final</b>	<b>1.468</b>	<b>644</b>

**15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito e integralizado está representado por 37.638.005 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalizando R\$ 96.607 de Capital Social da Instituição. Em 17 de outubro de 2023 o BACEN aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 9.725, que havia sido aprovado em AGE de 5 de junho de 2023. Em 08 de setembro de 2023, o Asaas IP recebeu o aumento de capital, mediante a emissão de 1.481.792 novas ações, no montante de R\$ 27.561, oriundos de seu controlador, ainda em fase de aprovação pelo BACEN. Em 15 de julho de 2022 o BACEN aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 39.751, que havia sido aprovado em AGE de 7 de dezembro de 2021.

**16 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Para as receitas de prestação de serviços foram reconhecidos os montantes de R\$ 172.902 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de R\$ 95.906 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Para todos os serviços mencionados há cobrança de determinadas tarifas que são cobradas no momento que a transação financeira ocorre, momento o qual a receita é reconhecida. Os serviços prestados pela Instituição são exclusivamente no mercado nacional e tem como origem os serviços de: recebimento de cobranças através de boletos bancários, cobranças por cartões de crédito, depósitos e transferências. Ainda, há serviços de transferências bancárias, recebimentos via Pix, pagamento de contas, vendas de cartões pré-pagos, recarga no cartão pré-pago e emissão de nota fiscal.

**17- DESPESAS COM SERVIÇOS ASSOCIADOS A TRANSAÇÃO DE PAGAMENTO**

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesas com serviços associados a transações de pagamento		
Cartão de crédito e débito	(36.019)	(13.924)
Boleto	(17.166)	(11.289)
Envio de SMS	(4.930)	(3.584)
Liquidação Pix	(2.334)	(1.814)
Transferência para clientes	(475)	(1.109)
Notificação por Aplicativo	(2.944)	(1.411)
Emissão de cartões	(452)	(768)
Negativação Serasa	(812)	(488)
Consultas cadastrais de clientes	(470)	(489)
Parceiros	(2.527)	(3.378)
Custos de Antecipação	(8.388)	-
Outros	(1.840)	(1.284)
<b>Total</b>	<b>(78.357)</b>	<b>(39.538)</b>

**18 - DESPESA DE PESSOAL**

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesas de pessoal		
Proventos	(44.878)	(35.796)
Encargos sociais	(14.354)	(12.142)
Benefícios	(13.603)	(12.071)
Outras despesas de pessoal	(426)	(1.468)
<b>Total</b>	<b>(73.261)</b>	<b>(61.477)</b>

**19 - DESPESA ADMINISTRATIVA**

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesas administrativas		
Propaganda e publicidade	(25.981)	(14.950)
Serviços de processamento de dados	(7.805)	(6.403)
Infraestrutura operacional	(4.017)	(2.827)
Aluguéis	(1.321)	(1.291)
Despesas de serviços técnicos	(1.384)	(1.144)
Depreciação e amortização	(1.578)	(1.324)
Despesas indedutíveis	(674)	(743)
Outras despesas administrativas	(3.637)	(2.622)
<b>Total</b>	<b>(46.397)</b>	<b>(31.304)</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL**

ASAAS GESTÃO FINANCEIRA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.- CNPJ - 19.540.550/0001-21

**20 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesas tributárias		
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(3.332)	(1.907)
Programa de integração social (PIS)	(3.118)	(1.685)
Contribuição para o financiamento (COFINS)	(14.642)	(7.886)
<b>Total</b>	<b>(21.092)</b>	<b>(11.478)</b>

**21 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Outras receitas operacionais		
Reversão de provisão para contingências	-	5.571
Apropriação de saldos	3.395	1.862
Comissões	1.113	-
Outras receitas	1.011	411
<b>Total</b>	<b>5.519</b>	<b>7.844</b>
Outras despesas operacionais		
Provisão para contingências	(824)	(5.859)
Descontos concedidos	(748)	(690)
Comissões - Outras Despesas	-	(550)
Despesa Bancárias Diversas	(257)	(144)
Perdas transacionais	(4.302)	-
Prejuízo na alienação de outros valores e bens	(3)	-
Outras despesas	(1.131)	(711)
<b>Total</b>	<b>(7.265)</b>	<b>(7.954)</b>

**22 - ATIVO FISCAL DIFERIDO**

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro abaixo contabilizado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 8.314, foi constituído sobre prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, sendo o mesmo saldo apresentado em 31 de dezembro de 2022.

Realização do ativo fiscal diferido

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2024	1.077	388	1.465
2025	3.765	1.355	5.120
2026	1.271	458	1.729
	<b>6.113</b>	<b>2.201</b>	<b>8.314</b>

A realização do ativo fiscal diferido está baseada em estudo técnico preparado pela Administração, e seguindo a governança interna, prevendo a geração de resultados tributáveis dentro dos próximos 10 exercícios. Tais projeções baseiam-se em premissas gerenciais confiáveis, foi fundamentado em premissas factíveis e está coerente com outras informações contábeis, financeiras, gerenciais e orçamentárias, levando em consideração comportamento por safras histórico, tendências de mercado, indicadores macroeconômicos e estratégias da Instituição. O valor presente dos ativos fiscais diferidos é de R\$6.255, considerando a taxa de 15,25% ao ano. Em 12 de agosto de 2022, submetemos ao BACEN a documentação com estudo técnico, requisitando a aprovação dos créditos tributários registrados até aquela presente data. Em 12 de dezembro de 2022, através do Ofício 32606/202, o Banco Central do Brasil aprovou os créditos tributários registrados no balanço do Asaas até o exercício de 2021, sendo solicitada a baixa referente ao montante de R\$ 2.097, ativados no primeiro semestre de 2022. Desde então, a companhia segue sem registrar novos saldos de crédito tributário.

**23 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e correspondem, substancialmente, ao seu valor justo.

**Gerenciamento dos riscos financeiros**

O Conselho de Administração da Instituição tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Instituição e é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Instituição.

As políticas de gerenciamento de risco da Instituição são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Instituição está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Instituição. A Instituição através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Instituição possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Instituição está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Instituição. A Instituição monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

**Relações interfinanceiras e antecipação de recebíveis**

A exposição da Instituição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes.

**Ativos financeiros**

A Instituição detinha disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 416.144 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 252.314 em 31 de dezembro de 2022). A Instituição tem procedimentos definidos de investimentos financeiros, que determinam em quais instituições e qual o valor máximo de aplicação pode ser realizado por instituição.

A Instituição considera que seus ativos financeiros têm baixo risco de crédito, devido a quase sua totalidade serem vinculados a títulos de dívida pública federal e os demais se tratar de CDBs de instituições financeiras sólidas.

**Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Instituição irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Instituição na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Instituição.

A Instituição busca manter o nível de seus ativos financeiros em um montante suficiente para as saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Instituição monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à valores a repassar e outras contas a pagar.

**Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros, irão afetar os ganhos da Instituição ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**Gestão de capital**

A gestão de capital da instituição apura as exposições dos seus ativos ponderados (RWA) por todo tipo de risco (mercado, crédito, liquidez e operacional) frente ao Patrimônio de Referência, objetivando verificar a adequação dos índices mínimos de capital e antecipar possíveis necessidades de ajustes, atuando assim de forma ativa no gerenciamento de capital.

Os controles são atualizados mensalmente, para garantir a aderência do Patrimônio de Referência aos limites de capital determinados pelo Banco Central do Brasil, incluindo o gerenciamento no capital, o desenvolvimento de mapas de sensibilidade com variações nas premissas e variáveis chaves no Plano de Capital, onde são testadas as seguintes premissas: (i) Resultado líquido (variações no lucro/prejuízo); (ii) Risco (variações nas parcelas de risco). Essas simulações visam preparar a instituição a manter uma estrutura de capital robusta e que suporte períodos de estresse, ou eventos inesperados, considerando projeções que abrangem impactos ao Patrimônio de Referência (PR), os Ativos Ponderados pelo Riscos (RWA), o Capital Econômico (soma entre o capital) e o Índice de Basileia.

**Hierarquia do Valor Justo**

O pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN n 4.748/19 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, no qual define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

**Nível I:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

**Nível II:** Inputs incluídos no nível I que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços); e

**Nível III:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

Os títulos públicos do Asaas atualmente estão definidos como Nível I e os demais instrumentos financeiros como Nível II.

**24 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****Remuneração da Administração**

O pessoal-chave da Administração inclui todos os administradores da Instituição. A remuneração ao pessoal-chave da administração por serviços prestados foi de R\$ 6.821 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.770 em 31 de dezembro de 2022).

**25 - EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 15 de março de 2024, o Asaas adquiriu 100% da participação societária na empresa Nexinvoice automação de documentos Ltda.. A transação visa aprimorar a plataforma de pagamentos do Asaas, contribuindo ainda mais com o portfólio de produtos oferecidos a seus clientes.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas  
Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamentos S.A.

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras do Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase Conforme descrito na Nota 22, existem em 31 de dezembro de 2023 créditos tributários registrados no ativo, no valor de R\$ 8.314 mil, reconhecidos com base em projeção de lucros tributáveis futuros para a realização de créditos tributários. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, e aprovada pela governança da Instituição, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e estratégias da Instituição. A realização desses créditos tributários, no período estimado, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como foram aprovados pelos órgãos de governança da Administração. Nossa opinião não está ressaltada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que com-

preendem o Relatório da Administração. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Instituição. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2024  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5  
Fábio de Oliveira Araújo  
Contador CRC 1SP241313/O-3



## BALANÇO PATRIMONIAL

## ASAAS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A - CNPJ - 48.786.608/0001-10

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota		Passivo	Nota	
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>1.085</b>	<b>1.000</b>	<b>Outras obrigações</b>	<b>16</b>	-
Títulos e valores mobiliários	1.063	-			
Relações interfinanceiras	-	1.000			
Operações de crédito	2	-	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.069</b>	<b>1.000</b>
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	(2)	-	Capital social	1.000	1.000
Outros créditos	22	-	Reserva de Lucros	69	-
<b>Total</b>	<b>1.085</b>	<b>1.000</b>	<b>Total</b>	<b>1.085</b>	<b>1.000</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(EM MILHARES DE REAIS)

Nota	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>64</b>	<b>108</b>	-
Resultado com títulos e valores mobiliários	64	108	-
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(2)</b>	<b>(2)</b>	-
Operações de Empréstimos e Repasses	(2)	(2)	-
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2)	(2)	-
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>62</b>	<b>106</b>	-
<b>Outras receitas / despesas operacionais</b>	<b>(5)</b>	<b>(15)</b>	-
Despesas administrativas	(5)	(15)	-
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>57</b>	<b>91</b>	-
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(14)</b>	<b>(22)</b>	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14)	(22)	-
<b>Lucro do semestre / exercício</b>	<b>43</b>	<b>69</b>	-
<b>Lucro por ação - em reais</b>	<b>0,04</b>	<b>0,07</b>	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(EM MILHARES DE REAIS)

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Lucro do semestre / exercício</b>	<b>43</b>	<b>69</b>	-
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>43</b>	<b>69</b>	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
(EM MILHARES DE REAIS)  
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(EM MILHARES DE REAIS)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
		Reserva de lucros	Reserva legal		
<b>Saldo em 01 de dezembro de 2022</b>	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1.000	-	-	-	1.000
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.000</b>	-	-	-	<b>1.000</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2023</b>	<b>1.000</b>	-	-	26	<b>1.026</b>
Lucro do semestre	-	-	-	43	43
Constituição de reservas	-	65	4	(69)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.000</b>	<b>65</b>	<b>4</b>	-	<b>1.069</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.000</b>	-	-	-	<b>1.000</b>
Lucro do exercício	-	-	-	69	69
Constituição de reservas	-	65	4	(69)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.000</b>	<b>65</b>	<b>4</b>	-	<b>1.069</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(EM MILHARES DE REAIS)

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro do semestre / exercício</b>	<b>43</b>	<b>69</b>	-
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>			
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2)	(2)	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
redução em relações interfinanceiras	-	-	1.000
Aumento em operações de crédito	2	2	-
(Aumento) em outros créditos	(12)	(22)	-
Aumento em outras obrigações	-	16	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>31</b>	<b>63</b>	<b>1.000</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31</b>	<b>63</b>	<b>1.000</b>
<b>Demonstração de aumento do caixa e equivalente de caixa</b>			
No início do semestre/exercício	1.032	1.000	-
No fim do semestre/exercício	1.063	1.063	1.000
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>31</b>	<b>63</b>	<b>1.000</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
(EM MILHARES DE REAIS)

## 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Asaas Sociedade de Crédito Direto S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de dezembro de 2022, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Rolf Wiest, nº 277, Sala 820, Bairro Bom Retiro, tem por objeto social as seguintes atividades: a operação de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; a prestação de serviços de análise de crédito para terceiros e de cobrança de créditos de terceiros; e a atuação como representante de seguros na distribuição de seguros, relacionado com as operações de empréstimo e financiamento.

## 2 - Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, emitido pelo BACEN, conforme disposto na Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do BACEN. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Instituição considerou o disposto na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020. Com base na Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas, com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As Demonstrações Financeiras foram autorizadas pela administração em 19 de março de 2024.

## 3 - Resumo das principais políticas contábeis

## A - Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. O Real é a moeda funcional da Instituição.

## B - Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e por aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos vencimentos na data efetiva da aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo da Instituição. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

## C - Instrumentos financeiros

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são assim classificados e avaliados:

## Títulos disponíveis para a venda

Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

## Títulos mantidos até o vencimento

Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.

## Títulos para negociação

Compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

## D - Imposto de renda e contribuição social

Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para Imposto de Renda Pessoa Jurídica e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda e Contribuição Social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A despesa com impostos correntes é o montante do Imposto de Renda e da Contribuição Social a recuperar ou a pagar, sem considerar as antecipações com retenções de fontes pagadoras do exercício, relacionada ao resultado tributável do período.

## E - Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Instituição e seu valor de custo ou valor recuperável puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Instituição tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

## 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e valores mobiliários	1.063	-
Certificado de Depósito Bancário	1.063	-
(4)	-	-

Trata-se de aplicação em CDB em instituição financeira de grande porte, com remuneração atrelada a 101% do CDI.

## 5 - Patrimônio Líquido

## A - Capital Social

O capital social da Instituição em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.000, representado por 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, emitidas pelo valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas.

## B - Reservas

A reserva legal foi constituída no montante de 5% do lucro líquido, o saldo remanescente do lucro foi destinado para que fosse constituída a reserva de lucro.

## 6 - Imposto de renda e contribuição social

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do Lucro Real, e consequentemente a apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica Corrente e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Corrente, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda</b>	<b>91</b>	<b>91</b>	-	-
Adições e Exclusões	2	2	-	-
Malhas Indevidáveis	-	-	-	-
Provisão para Devedores Duvidosos	2	2	-	-
<b>Lucro Real</b>	<b>93</b>	<b>93</b>	-	-
Compensações de PF e BN	-	-	-	-
<b>Base de Cálculo</b>	<b>93</b>	<b>93</b>	-	-
Alíquota Efetiva	14	8	-	-
Alíquota Adicional	-	-	-	-
<b>Imposto Corrente</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	-	-

## 7 - Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes que impactassem as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

As Administradores e Acionistas  
Asaas Sociedade de Crédito Direto S.A.

## OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do Asaas Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Asaas Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

## BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as

## demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5

FÁBIO DE OLIVEIRA ARAÚJO - Contador CRC 1SP24131/O-3

